

REFLEXÕES SOBRE ÁREAS VERDES AS MARGENS DA PERIFERIA DE FORTALEZA: NOTAS SOBRE O BAIRRO BOM JARDIM

Edivânia Marques de Sousa

Graduada em Geografia

Universidade Estadual do Ceará

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9755353128599564>

E-mail: edivania.terra@gmail.com

Otávio Augusto de Oliveira Barra

Mestre e Doutorando em Geografia

Universidade Estadual do Ceará

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0700611313245915>

E-mail: otavioaolbarra@gmail.com

Artigo Original

Recebido em 08 de Janeiro de 2021

Aceito em 09 de Fevereiro de 2021

RESUMO

O presente artigo discute a importância das áreas verdes no Bairro Bom Jardim na cidade de Fortaleza-CE. As áreas verdes na malha urbana abordam as diversas formas de usos, paisagismo e ocupação dos espaços vivenciados como proponentes dos arranjos produtores da qualidade de vida da população. Embora os territórios periféricos sejam invisibilizados demasiadamente pelo poder público, muitas vezes é nesses territórios e espaços geográficos em que mais se concentram agentes ambientais ainda em estado de conservação, como por exemplo, a vegetação exuberante, recursos hídricos e pessoas partilhando aos finais de tardes nas calçadas, as várias histórias de suas vidas. Em alguns territórios, a troca de convivências acontecem às margens de rios, a citar, a Comunidade São Francisco, margeada pelo rio Maranguapinho, estrato territorial do Bairro Bom Jardim. Ainda que esse tipo de vivência tenda a se dissolver pelas novas relações da sociedade moderna, a afetividade e o reconhecimento do valor da natureza, deve permanecer como uma pauta de valorização do espaço verde. Portanto, faz-se necessário produzir estratégias de combate à exploração e degradação das áreas verdes, e fomentar recomendações de cuidado a longo prazo, seja a nível comunitário e de assistencialidade do poder público.

Palavras-chave: Áreas verdes. Periferia. Meio-ambiente. Fortaleza. Bairro Bom Jardim.

REFLECTIONS ON GREEN AREAS THE OUTSIDE OF THE FORTRESS OF FORTALEZA: NOTES ABOUT NEIGHBORHOOD GOOD GARDEN

ABSTRACT

This article discusses the importance of green areas in the Bom Jardim Neighborhood in the city of Fortaleza-CE. Green areas in the urban network address the various forms of use, landscaping and occupation of spaces experienced as proponents of the arrangements that produce the quality of life of the population. Although the peripheral territories are too much invisible by the public power, it is often in those territories and geographic spaces where environmental agents still in a state of conservation are most concentrated, such as lush vegetation, water resources and people sharing in the late afternoons on the pavements, the various stories of their lives. In some territories, the exchange of coexistence takes place on the banks of rivers, such as the São Francisco Community, bordered by the Maranguapinho River, a territorial stratum of the Bom Jardim neighbourhood. Although this type of living tends to be dissolved by the new relations of modern society, affectivity and the recognition of the value of nature must remain as a guideline for the valorization of green space. Therefore, it is necessary to produce strategies to combat the exploitation and degradation of green areas, and to promote recommendations for long-term care, both at the community level and at the level of public assistance.

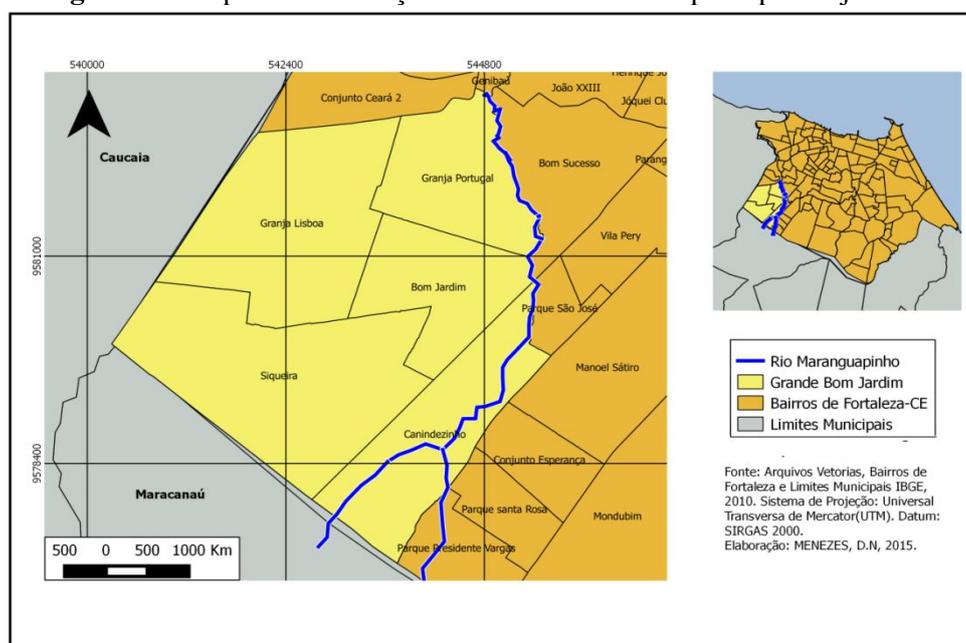
Keywords: Green areas. Periphery. Environment. Fortaleza. Neighborhood Good Garden.

INTRODUÇÃO

Estas linhas escritas, tentam dialogar um pouco acerca da reflexão dos direitos universais (humanos e ambientais) pautados nas políticas públicas voltadas para a garantia da qualidade ambiental como um meio de melhorar a qualidade de vida das pessoas e do ambiente em questão. A problemática do desmatamento urbano perpassa várias relações, como exemplo ilustrativo, podemos observar a dificuldade de locomoção das pessoas a partir do uso de bicicletas como transporte (ainda que esse tipo de veículo tenha tido uma adesão crescente da população fortalezense), pois, a diminuição da cobertura vegetal fundamentada sobretudo no corte de plantas frondosas, de grande copa e que produz um raio de sombra agradável aos ciclistas e demais transeuntes, como é o caso das árvores cortadas no Parque do Cocó, na Praça Portugal, de carnaubais no Pulmão Verde do bairro Siqueira além de outros desmatamentos espalhados na cidade no geral, gera nestes usuários um fatídico desanimo e muitas vezes desinteresse por esse tipo de transporte, visto por muitos pesquisadores, como alternativa viável para cidades mais sustentáveis.

Ressalta-se ainda que, toda a diminuição da cobertura vegetal desmonta-se em prejuízos como: diminuição da quantidade de oxigênio, umidade e circulação do ar pela cidade, aumento da temperatura, lixiviação do solo, extinção de espécies, além de outros problemas socioambientais. O Bom Jardim tem em toda sua composição ecológica, uma formação vegetativa de extrema importância para o seu curso, pois o mesmo encontra-se composto por uma imensa massa vegetativa em seus territórios, no entanto, passa por uma série de conflitos de uso e ocupação das margens de rios, lagos e demais recursos naturais modificados.

Figura 01: Mapa de Localização do Bom Jardim seus principais adjacentes.



Fonte: Google (2015).

O bairro Bom Jardim e seus principais adjacentes (figura 01) é considerado pela população local como um grande território uniforme, formado pelos bairros Siqueira, Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Bom Jardim. No entanto, para alguns setores de departamentos públicos, como a Regional V, essa denominação é um tanto delicada, pois intensifica a ideia da falta de esclarecimento dos limites ambiental/territorial ao que concerne aos processos de formação particular de cada um desses bairros.

O Bom Jardim, em sua própria formação traz a exuberância de grandes terrenos compostos de vegetação das mais diversas possíveis, pois é banhado pelo Rio

Maranguapinho, que tem em sua composição florística uma vegetação revestida sobretudo por carnaubeiras (*Corpenicia Prunifera*), espécie nativa de maior predominância, e muitas outras vegetações secundárias exóticas adaptáveis, sendo comum encontrar árvores frutíferas nos quintais de muitas das residências localizadas na região. Segundo consta no Diagnóstico Ambiental de Fortaleza (2009), na região do Grande Bom Jardim há no mínimo três distintos sistemas ambientais: Planície de Inundação, Tabuleiros Pré-Litorâneos e Planície Flúvio Lacustre.

As Planícies Fluviais e Lacustres são predominantes na região, sendo caracterizadas pela ação acentuada dos rios, com suas vazantes e jusantes. Esse tipo de planície caracteriza-se sobretudo pela presença de várzea, exercendo a função de sustentar as cheias em períodos de inundações, dessa forma, são ambientes de muita instabilidade e, quando ocupadas, oferecem risco de desabamento, pois são naturalmente ambientes classificados como áreas de risco. Seus solos são sempre cobertos por matas ciliares, típica vegetação encontrada em leitos de rios e lagoas, no entanto, pelo processo de degradação ambiental de forma geral, essas matas encontram-se atualmente em estado elevado de degradação. Tal fato pode ser confirmado pela análise dos leitos do Rio Maranguapinho.

Falar de áreas verdes em Fortaleza no atual cenário, de bastantes prejuízos ambientais, sobretudo no que diz respeito à supressão da vegetação dessa cidade, é sem dúvida um grande desafio e instiga uma reflexão mais profunda acerca da complexidade do seu desmatamento acentuado. Segundo o Inventário Ambiental de Fortaleza (PMF, 2003), entre os anos de 1968 e 2003 a cidade perdeu 90% da cobertura vegetal. Isso coloca Fortaleza e o fortalezense em contexto de baixa qualidade de vida, pois existe menos de 4m² de área verde por habitante na cidade.

Esse cenário se agrava nas áreas periféricas de Fortaleza, onde a expansão urbana vem suprimindo parte da vegetação, notadamente aquela inserida nas áreas verdes, como observado no Grande Bom Jardim. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2012), as áreas verdes urbanas são consideradas como o conjunto de áreas interurbanas que apresentam cobertura vegetal, arbórea (nativa e introduzida), arbustiva ou rasteira (gramíneas) e que contribuem de modo significativo para a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental nas cidades. Essas áreas verdes estão presentes numa enorme variedade de situações: em áreas públicas; áreas de preservação permanente; canteiros

centrais; praças, parques, florestas e unidades de conservação urbanas; jardins institucionais; e em terrenos.

Dos espaços definidos como áreas verdes, citados acima, o Grande Bom Jardim é contemplado com algumas praças públicas, xácaras inativas de caráter particular, campos de futebol, leito de rios, lagoas e açudes, um parque ecológico (Lagoa da Viúva), grandes terrenos arborizados no Siqueira, entre outros, que passam por grandes transformações nas últimas décadas. Diante desse contexto, questiona-se a intensidade e o ritmo dessas transformações, e o impacto para o equilíbrio ecológico do ambiente e da comunidade que faz ou deveria fazer uso dessas áreas verdes. Este estudo parte de um desenvolvimento de complexificação do debate feito pela autora em um trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional de Geógrafos(as) em 2018. A partir disso, objetivo deste é discutir a importância das áreas verdes no Bairro Bom Jardim na cidade de Fortaleza-CE.

DESENVOLVIMENTO

CARACTERIZAÇÃO GEOAMBIENTAL DO BAIRRO

De acordo com as classificações pedológicas do Atlas de Fortaleza 2000, lançado no ano de 2010, o bairro Bom Jardim, caracteriza-se pela predominância de solos Podzólicos com pequenas manchas de solo Aluvial Eutrófico e solos Litólicos Eutróficos. Sendo que, essas duas últimas classificações advêm de influência dos bairros adjacentes como, Canindezinho e Granja Lisboa.

Pelas análises do diagnóstico geoambiental de Fortaleza 2009, O bairro Bom Jardim, compartimenta-se em três sistemas ambientais: na Planície de Inundação, Tabuleiros Pré-Litorâneos e na Planície Flúvio Lacustre. Haja vista que, as Planícies Fluviais e Lacustres caracterizam-se pela ação acentuada dos rios, com suas vazantes e jusantes, esse tipo de planície caracteriza-se, sobretudo pela presença de várzea, exercendo a função de sustentar as cheias em períodos de inundações, dessa forma, são ambientes de muita instabilidade e, quando ocupadas oferecem risco de desabamento, pois são naturalmente ambientes classificados como áreas de risco, seus solos são sempre cobertos por matas ciliares, típica vegetação encontrada em leitos de rios e lagoas, no

entanto, pelo processo de degradação ambiental de forma geral, essas matas encontram-se atualmente, em estado elevado de degradação. Tal fato pode ser confirmado pela análise dos leitos do Rio Maranguapinho que passa pelo bairro Bom Jardim.

Ainda sobre a compartimentação geoambiental do bairro, considera-se sua formação em Áreas de Inundações Sazonais, ambientes compostos por sedimentos coluviais argilosos, com predominância de vegetação de várzeas, com maior abundância de carnaúba (*Copernicia prunifera*). São áreas instáveis/transição. Por tanto, são ambientes que não podem ser ocupados de forma urbana desordenada. No entanto, a realidade do ambiente urbano se efetua na total contradição entre o que se vive com o que se idealiza. O que é ideal de fato, não contempla as classes oprimidas.

Quanto a vegetação encontrada nesse tipo de solo, pode-se encontrar espécies de porte arbóreo/arbustivo, típica semelhança com a vegetação que constituía a primeira classificação da vegetação do Bom Jardim, em décadas passadas. Ao conversar com alguns moradores mais antigos do bairro Bom Jardim percebe-se nitidamente a reprodução de falas contemplativas ao narrarem e relembrem as paisagens do bairro, o tipo de vegetação na qual grande parte dos moradores observavam aos seus arredores, sobretudo, ao longo dos leitos do Rio Maranguapinho, enquanto descreviam o perfil das paisagens, citavam os tipos de plantas reinantes neste território.

Nesse caso, as árvores mais citadas pelos seus moradores como parte da vegetação predominante no território, encontradas nas décadas de 50 a 80 são: Cajueiro (*Anacardium Occidentale*), jurema Branca (*Mimosa Artemisiana*), Jurema preta (*Mimosa Tenuiflora*), manjerioba do Pará (*Senna Alata*), mofumbo (*Combretum Laxum Jacq*), marmeleiro (*Croton Sonderianus*), carnaúbas (*Corpenicia Prunifera*), coqueiro (*Cocos Nucifera*), mangueira (*Mangifera Indica*), vegetação de tabuleiro, dentre outras.

Tomando por base a formação geoambiental do bairro, fundamentada nas discussões acima, os tipos de unidades fitoecológicas dos terrenos classificam-se em: vegetação de várzea, pois seus limites territoriais encontram-se às margens do rio Maranguapinho, o que vem caracterizá-lo como áreas de inundações, com presença da formação de brejos em períodos de inundações, nesses ambientes as espécies predominantes são: Pajeú (*Triplaris gardneriana*), Juazeiro (*Ziziphus Juazeiro*), marmeleiro (*Croton sonderianus*), mofumbo (*Combretum leprosum*) e jurema branca (*Piptadenia stipulacea*).

DISCUSSÕES E REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO DAS ÁREAS VERDES NO BOM JARDIM: A IMPORTÂNCIA DA COBERTURA VEGETAL

Antes de falar sobre as principais definições e funções das áreas verdes no bairro Bom Jardim e de qualquer outra localidade, faz-se necessário refletir um pouco mais sobre a importância da cobertura vegetal, dos modos de vidas tradicionais, dos ventos, das praças, parques, jardins e, sobretudo, do direito ao acesso livre a todas essas questões e agentes ambientais. A sociedade, nas suas diversas instâncias, encontrou-se durante muito tempo (antes da Revolução Industrial) numa relação direta com os rios, árvores, solos, encostas, serras úmidas ou secas de uma forma mais sereno/harmônica. Muitas vezes as relações eram apenas de contemplação da natureza e de cuidados com a mesma. Tais análises se exemplificam na materialidade das recordações feitas a partir das relações vivenciadas entre os grupos humanos enquanto vida comunitária (BARGOS; MATIAS, 2011).

A princípio, destaca-se como exemplo o modo de vida dos povos indígenas que se diferencia do modo de vida urbano. Nesses grupos, a relação de sabedoria e conhecimento das plantas é muito maior que a necessidade de desenvolver insumos tecnológicos como forma de dominação dos recursos naturais, a natureza não é vista como objeto e nem os índios se colocam como dominadores da mesma. Utilizam-se da natureza por uma necessidade biológica, física e espiritual e esse tipo de comportamento reflete uma sociedade que se inclui na natureza e não, uma sociedade que a devora pela máquina de um tempo (moderno) que modifica todos os espaços em ambientes urbanos.

Ainda enquanto análise do modo de vida dos mais antigos grupos humanos resgata-se o modelo comportamental dos camponeses, dos pequenos agricultores, utilizando da natureza de forma sábia e sustentável. As praças das ‘igrejinhas’ por mais simples que fossem eram os principais locais de encontros das juventudes. Nos dias atuais, porém, o sentido dessas mesmas praças repercute outras conotações nas interações e envolvimento das pessoas entre si, haja vista que, o contágio das novas formas de comunicações como a tecnologia dos smartphones já chegou inclusive nas pequenas cidades dos interiores, modificando de forma considerável o modo de ser e de se relacionarem uns com os outros e, no mesmo, com a natureza.

A partir deste contexto, pode-se observar que, a espécie humana tanto modifica a paisagem quanto a compõe, no sentido de que cada um (a) é agente transformador do espaço ecológico que norteia todas as mutações e impactos socioambientais. Assim, os problemas ambientais causados pelas intervenções sociais se desenvolveram e se intensificaram ao longo do tempo com as práticas que as comunidades humanas experimentaram nas suas diversas formas de ser e de se relacionar com os espaços habitados junto aos seus agentes, sejam eles bióticos e/ou abióticos.

Como interpreta o diretor do filme *À margem do Rio*, Djaci José: “O ser humano desde quando deixou de ser nômade trouxe ao seu habitat intervenções, sejam elas negativas, ou positivas. Principalmente com o processo de formação dos seus territórios pela garantia das suas necessidades básicas: moradia e alimentação.

Com o crescimento acirrado da especulação imobiliária na cidade de Fortaleza, grandes partes das reservas ecológicas foram paralelamente desaparecendo, dando espaço preferencial aos resorts, prédios, apartamentos arranha-céus e todas as demais formas “privilegiadas” e desiguais de moradia nas cidades.

Nesses locais, vistos pelos grandes empresários como áreas nobres, as pessoas têm o acesso setorizado e privado das áreas verdes, pois as mesmas pagam por elas. É a natureza sendo usada como forma de mercadorias concentradas nas mãos dos detentores do capital. De acordo com Bonilla e Porto (2007), a relação do homem com a natureza, é um fator social, ligado às condições de reprodução da própria sociedade. Poluição é um problema político e econômico, assim como a miséria e a fome. A solução desses problemas exige consciência e luta.

Nesse sentido é comum receber-se nos trânsitos de diversos locais dessa cidade (Fortaleza), panfletos com anúncios imobiliários divulgando de acordo com os ideais capitalistas, as melhores formas de moradias urbanas com as seguintes características: salas amplas; climatizadas; espaços para banhos de piscinas; parques infantis; com ênfase na principal delas; amplas áreas verdes. Pura apropriação do discurso ecológico pelo capitalismo. Tal realidade permite a reflexão de que a cidade é um grandioso espaço de reprodução da segregação de classes sociais, afinal de contas, com uma visão luxuosa e mercantilizada vive-se a natureza dos espaços urbanos.

Essa mesma lógica imobiliária, também cresce para as demais regiões da cidade (Fortaleza), chegando inclusive ao Sudoeste da mesma, onde se localiza o bairro Bom

Jardim, visto atualmente como um dos bairros de maiores inchaços urbanos, a começar pela sua densidade demográfica, onde encontra-se um número considerável de pessoas sem acesso à terra, moradia, lazer, saúde etc. Dessa forma, ocupam as margens de recursos hídricos e vivem por longas décadas em situações de risco, causando danos às suas próprias vidas e à vida da biodiversidade local.

Mesmo com os projetos do Governo Federal do programa “Minha Casa Minha Vida”, que na maioria das vezes ocupam as áreas verdes do bairro, o número de pessoas sem casa ainda excede ao número de famílias que conseguem ser beneficiadas com o projeto. A problemática da falta de moradia digna no Bom Jardim continua latente aos olhos dos políticos que refutam a aplicação emergencial de políticas públicas para os seus recursos hídricos, vegetais e, humanos. As diversas formas de uso e ocupação desordenadas das APP’S (Áreas de preservação Permanentes), o desmatamento, a supervalorização de obras arquitetônicas para a cidade, o corte ilegal de árvores, dentre tantos outros, são fatores que contribuíram significativamente para o desaparecimento das áreas verdes, não apenas do bairro, mas também da cidade de Fortaleza como um todo.

A destacar-se o processo intensivo da verticalização desenfreada do aproveitamento do espaço geográfico, das grandes construções das casas de veraneio construídas dentro dos campos dunas móveis e fixas, dos processos de ocupações em áreas de planícies de inundações, planícies fluviais etc. como é o caso de grande parte das ocupações no Bom Jardim.

De modo intenso, os terrenos públicos, mapeados como áreas verdes, foram sendo transformados em malhas urbanas, sem nenhuma política pública responsável pela recuperação dessas áreas que foram desgastadas/ transformadas, o que vem aos poucos degradando o ambiente e diminuindo cada vez mais a quantidade de áreas verdes no bairro, fator que vem comprometer a qualidade de vida na cidade de Fortaleza, principalmente nos bairros periféricos, haja vista que vários outros direitos, como os mais básicos possíveis (alimentação, saúde e educação), lhes são negados, além do direito a um ambiente de qualidade e de comum acesso.

Nesse sentido, torna-se cada vez mais complicado falar de qualidade de vida em comunidades desprovidas do respeito e honestidade dos que governam essa cidade (e tantas outras) em não reconhecerem as periferias como parte que se integra o espaço urbano, por tanto também paga impostos, e se esse valor é pago ao estado, todas as

peessoas devem ter igual direito de usufruir dos seus benefícios: saneamento básico, ruas pavimentadas, parques ecológicos, parques de diversões, segurança e iluminação pública. Qualidade de vida por tanto, se constitui através de um conjunto de direitos assegurados.

Uma manchete noticiada no jornal O Povo (2013), publicada em 06 de setembro de 2013 divulga o último mapeamento das áreas verdes de Fortaleza realizado pela professora Maria Lúcia Brito da Universidade Estadual do Ceará. Segue abaixo tais dados para que se possa ser analisada a situação atual de Fortaleza e do Grande Bom Jardim.

Fortaleza reserva, de acordo com o mapeamento, 32,4% de sua área à cobertura vegetal. Em números comparativos, o índice representa uma proporção de 41 m² de área verde por habitante – o valor recomendado pela Organização das Nações Unidas é de 12m²/hab. Nas ruas da cidade, no entanto, a maior parte do verde se encontra tal qual o jardim de dona Maria Helena, no bairro Jardim Américo: cercado, privado e, na quinta mais populosa capital brasileira, cada vez mais ameaçado. “Em Fortaleza, podemos identificar mais áreas verdes urbanas, no que parecem ser propriedades particulares, do que áreas públicas, como praças e canteiros centrais”, explica a coordenadora do Laboratório de Geoprocessamento do curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará (Uece) e responsável pelo Mapeamento das Áreas Verdes, Maria Lúcia Brito (O Povo, *Online*, 2013).

No Bom Jardim, a realidade é bem semelhante, muitas famílias cultivam em suas casas inúmeras plantas, entre frutíferas e ornamentais, o que traz a esses moradores em particular um índice relativo de qualidade de vida. A figura 02 demonstra claramente a predominância de plantas que compõem o jardim da família Oliveira no bairro Bom Jardim. Como se vê, a casa tem um número considerável de plantas ornamentais e frutíferas. As figuras 03; 04 e 05 mostram a realidade de uma das principais praças do bairro, a Praça de Santa Cecília. Comparando-se a quantidade de verde (plantas) por m² da família Oliveira com a quantidade de plantas em toda a área da praça nesse mesmo ano (2014), constata-se que, no Bom Jardim algumas áreas verdes particulares são maiores que as áreas verdes públicas.

Figura 02: Planta frutífera (bananeira) na casa da família Oliveira no bairro Bom Jardim



Fonte: Arquivo Pessoal (2014)

Figura 03: Faixada da casa da família Oliveira no Bom Jardim



Fonte: Arquivo Pessoal (2014).

Figura 04: Lateral direita da Praça de Santa Cecília- Bom Jardim.



Fonte: Arquivo Pessoal (2014).

Figura 05: Lateral esquerda da Praça de Santa Cecília- Bom Jardim.



Fonte: Arquivo Pessoal (2014).

De acordo com a matéria do jornal O povo (2013) que teve por base o trabalho da coordenadora do Laboratório de Geoprocessamento do curso de Geografia da Uece e responsável pelo Mapeamento das Áreas Verdes, Maria Lúcia Brito, a realidade das áreas verdes da cidade de Fortaleza é compartimentada nos terrenos particulares de algumas poucas famílias.

A professora classifica o adensamento urbano em Fortaleza como uma “destruição sistemática do verde”. “Não se constroem casas em cima do nada. Hoje você tem um verde que é particular e que vai sendo perdido pela especulação imobiliária. Em paralelo, não estão sendo acrescentadas áreas verdes públicas”, afirma. Segundo Maria Lúcia, a ausência de políticas públicas pode, em alguns anos, fazer com que o índice de cobertura vegetal diminua. Para o arquiteto e coordenador do Inventário Ambiental de Fortaleza realizado em 2003, José Sales, os governos falharam em preservar o verde público. “Não houve controle sobre os verdes privados e públicos. Na época, a recomendação era de que fossem feitos programas de arborização urbana, de educação ambiental e de delimitação de possíveis parques públicos. Mas nada disso foi feito”, diz. À época, segundo o professor, o estudo revelou que Fortaleza possuía apenas 7% de sua cobertura vegetal nativa e original (O Povo, *Online*, 2013).

A figura 06 mostra um terreno com bastante vegetação em um dos bairros adjacentes ao Bom Jardim, no entanto, de propriedade particular. Na imagem percebemos também um pouco da vegetação das territorialidades adjacentes com relação a esse debate sobre as áreas verdes.

Figura 06: Terreno particular no bairro Siqueira.



Fonte: Arquivo Pessoal (2014).

Siqueira é um bairro adjacente ao bairro Bom Jardim, que tem uma das maiores áreas em extensões territoriais e em cobertura vegetal. No entanto, grande parte dos seus terrenos, hoje se encontram concentrados nas mãos de grandes imobiliárias, cercados por famílias que fazem uso do Pulmão verde dessa região como bem particular.

Figura 07: Mata fechada "pulmão Verde" Rua Maria Luísa Silva – Sumaré – Siqueira



Fonte: Arquivo Pessoal (2014).

A cidade não apenas segrega os espaços como também os particularizam em guetos de duas faces: os que se concentram na parte nobre, organizando-se em prédios e condomínios fechados, sempre de costas para os “pobres” e/ou indiferentes ao mundo ao seu redor, particularizando o que se idealiza enquanto modo de vida digna, conforme reverbera as análises do estudo de Bargas & Matias (2011).

Para Chaves Arfelli (2004):

A ocupação desordenada do solo urbano degradou as cidades dificultando a vida de seus moradores, pela redução dos espaços habitáveis, insuficiência dos serviços urbanos (redes de água, esgoto, luz e telefones), pelas deficiências de transportes coletivos, pela dificuldade de circulação viária, pela insuficiência dos equipamentos comunitários, insuficiência e deficiências na área de instrução, dois serviços sociais e de assistência sanitária, pela redução de áreas verdes e de lazer, pela promiscuidade do comércio e da indústria com as áreas residenciais e de lazer. Ao lado do traçado urbano, das fachadas arquitetônicas e do mobiliário urbano, as áreas verdes como um dos componentes fundamentais da paisagem urbana, no cenário da ordenação urbanística, também tem uma função social. Trata-se de exigência de caráter higiênico, de equilíbrio do meio ambiente urbano, de lazer. É também elemento de equilíbrio psicológico, de reconstituição de tranquilidade, de recomposição do temperamento. Sua correta distribuição no traçado urbano oferece colorido e plasticidade ao meio ambiente urbano (ARFELLI, 2004, p. 1).

No entanto, por exemplo, temos a Comunidade São Francisco que permanece na mesma localidade até o momento presente, e o ambiente que poderia oferecer grandes qualidades de vida à população local, muitas vezes oferece risco e vulnerabilidade. De acordo com a Prefeitura de Fortaleza, em notas históricas, no final da década de 70 o bairro do Bom Jardim e seus arredores, começaram a crescer de maneira desordenada, por que os terrenos ainda eram baratos, em relação aos demais da capital. Com o crescimento irregular, surgiram as primeiras favelas.

Nessa época, o rio que comporta em suas margens um considerável número de plantas, animais etc. era um córrego de águas cristalinas. As dificuldades eram enormes: as ruas não tinham pavimentação e havia muita lama; também era difícil conseguir água potável e os moradores utilizavam água da cacimba.

Loboda e Angelis (2005), afirmam que:

De forma mais intensa, sobretudo nas últimas décadas, a discussão dos problemas ambientais vem se tornando uma temática obrigatória no cotidiano cidadão. Assim sendo, as áreas verdes tornaram-se os principais ícones de defesa do meio ambiente pela sua degradação, e pelo exíguo espaço que lhes é destinado nos centros urbanos (LOBODA; ANGELIS, 2005, p. 5).

As árvores, plantas, rios, campos, praças, faunas e toda flora no geral, existem para além de uma composição paisagística. Todos esses componentes citados são de fundamental importância para o bem-estar das populações. Muito do que se construiu na formação humano enquanto entendimento da paisagem e seus componentes encontram-se na efervescência das presentes e futuras perspectivas de um novo ambiente enquanto

espaço de vivência harmônica com todos os seres em existência terrestre, atmosférica, afinal de contas, as organizações sociais enquanto produtora do espaço conseguiu atingir muitas compartimentações geográficas (LONDE; MENDES, 2014).

A cidade como se encontra hoje não contempla de forma justa todas as classes, ainda que ela se aproprie de cada uma para tomar proveito pela reprodução do capital de forma particular e específica. Embora encontrem-se grandes áreas de esgotos a céu aberto nas ruas do Bom Jardim e muitas violências envolvidas, o bairro não é lembrado apenas por essas realidades, muito pelo contrário, seus moradores recordam o bairro que era bom de viver, longe da exacerbada urbanização, próximo ao rio, à lagoa, perto de árvores frutíferas, de matas.

O som da cidade não precisa ser apenas o propagado pelas buzinas de carros, pelas sirenes das ambulâncias passando em alta velocidade entre as fileiras sem fim dos demais carros, tão pouco o som das balas das armas de fogo que matam por tudo e por nada. Os sons do Bom Jardim já foram por muito tempo a cantiga de passaradas, as aves do chão (galos), o dançar das árvores nos quintais das casas, embaladas pelos ventos fortes.

Há quem diga que o bairro vem passando por um processo de desenvolvimento e modernidade, ao passo que a violência tem aumentado, os equipamentos públicos continuam precarizados, em pouca quantidade e sustentado por agentes externos, como os projetos maiores. Para os ideais capitalistas esses podem até ser considerados como parâmetros de desenvolvimento, no entanto, para o real sentido do desenvolvimento ecológico, esses fatores não passam de meros dados equivocados acerca do que se almeja e pressupõe para uma cidade ecológica e harmônica (LIMA; AMORIM, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar de áreas verdes, muitas vezes nos remete a uma ideia imediata de jardins, locais bastante arborizados ou até mesmo de espaços vazios (terrenos baldios). Quando se trata desse último caso, essas áreas são analisadas de formas negativas e mal vistas por muitos daqueles/as que apontam essas áreas como espaços vulneráveis à violência urbana, quando na verdade, num contexto em que se encontram as organizações humanas, as principais causas da violência tem sido as relações de poder que se deságuam em grandes

injustiças sociais, desde a má distribuição de terras para o processo de direito à moradia até o mau planejamento das cidades.

Dessa forma, deixa-se de refletir sobre os reais sentidos de um espaço verde e de suas funções ecológicas. É preciso, pois, compreender de uma forma mais geossistêmica a relação que se tem entre um conjunto de árvores em uma praça, entre um conjunto de seres humanos e os campos de futebol, entre os costumes antigos e as práticas atuais de plantio, colheita, e até a nossa forma de alimentação. Em muitas cidades brasileiras, como grande exemplo, Brasília, as praças são repletas de árvores frutíferas, o que pode ser fator de diminuição da fome, da qualidade de vida pelo acesso facilitado e gratuito dos alimentos mais necessário a sustentabilidade alimentar.

A expansão da política imobiliária no bairro Bom Jardim, trouxe aos seus moradores o olhar apático de um novo arranjo territorial da mudança gradativa da paisagem natural, no entanto a paisagem social tem sido tão fragilizada quanto à necessidade da recuperação de seus rios, lagoas, afluentes e áreas verdes. Portanto, para além da pecaminosa civilização do machado, do corte e da queimada, nada está perdido, a ponto de que a própria natureza não reaja aos insultos de uma sociedade que historicamente têm a prática de matar muito mais do que deixar viver.

REFERÊNCIAS

ARFELLI, Amauri Chaves. **Áreas verdes e de lazer**: considerações para sua compreensão e definição na atividade. [Online]. Disponível em: <<http://www.revistajustitia.com.br/artigos/3d0b6b.pdf>>. Acesso em 28 set. 2014.

BARGOS, Danúbia Caporusso; MATIAS, Lindon Fonseca. Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 6, n. 3, p. 172-188, 2011.

BONILLA, Horiel Herrera; PORTO, Valberto Barbosa; HERRERA Horiel, Bonilha. **Vida e Ambiente**. EDUECE: Fortaleza 2007.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Inventário Ambiental de Fortaleza - 2003**. Secretária de Meio Ambiente: Fortaleza, 2003. Disponível: <<https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/download-file/documentById?id=5d777232-b27a-489a-ad0e-87e4c0503134>> Acesso em 10 dez. 2020.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Regional V**. Disponível em: <<http://www.fortaleza.ce.gov.br/regionais/regional-V>>. Acesso em 04 set. 2014.

GPDU – DIAGNÓSTICO / CDVHS. **Diagnóstico Sócio Participativo** – Grande Bom Jardim. Fortaleza: 2004.

LIMA, Valéria; AMORIM, Margarete Cristiane da Costa Trindade. A importância das áreas verdes para a qualidade ambiental das cidades. **Formação (Online)**, v. 1, n. 13, 2006.

LOBODA, Carlos Roberto; ANGELIS, Bruno Luiz Domingos de. Áreas Públicas Urbanas: conceito, uso e funções. **Ambiência**. Guarapuava, PR, v.1 n.1, p. 125-139, jan./jun. 2005, ISSN 1808 – 0251. Disponível em: <http://www.unicentro.br/editora/revistas/ambiencia/v1n1/artigo%20125-139_.pdf>. Acesso em: 06 set. 2014.

LONDE, Patrícia Ribeiro; MENDES, Paulo Cesar. A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana. **Hygeia-Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 10, n. 18, p. 264-272, 2014.

O POVO. **32% do território de Fortaleza é de área verde, aponta mapeamento**. 2013. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2013/09/06/noticiasjornalcotidiano,3124540/32-do-territorio-de-fortaleza-e-de-area-verde-aponta-mapeamento.shtml>>. Acesso em: 06 set. 2014.

COMO CITAR

SOUSA, Edivânia Marques; BARRA, Otávio Augusto de Oliveira. Reflexões sobre áreas verdes as margens da periferia de Fortaleza: notas sobre o bairro Bom Jardim. **Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências-RIEC**, v. 4, n. 1, p. 05-21, 2021.